

J. Chasin e a realidade brasileira

Milney Chasin*

Resumo:

O artigo narra o desenvolvimento intelectual de J. Chasin, iniciado na década de 60, até a configuração do seu pensamento maduro. Trata-se, pois, de evidenciar características marcantes de sua reflexão, tais como a propensão à objetividade, ideação marcada pelo contraste do que empiricamente é passível de observação; de outro, um pensamento movido pela crítica da realidade ideal e histórica do Brasil, de suas principais categorias sociais, revelando, assim, os possíveis nexos e condicionantes nacionais e internacionais que, sobremaneira, afetaram e afetam a dinâmica e prospectiva do Brasil.

Palavras-chave:

Realidade Brasileira; Crítica; História; Objetividade.

J. Chasin and the Brazilian reality

Abstract:

The article describes J. Chasin's intellectual development from the 60's until the configuration of his maturity thought. It emphasizes the most prominent features of his ideas, such as the propensity to objectivity, ideation marked by contrast of what is empirically observable. On the other hand, it is a thought moved by the criticism of Brazilian both ideal and historical reality and also by an analysis of Brazilian main social categories. The study of those categories allowed Chasin to disclose the possible national and international connections and conditionings that affected most and still affect Brazilian dynamics and prospects.

Key words:

Brazilian Reality; Critique; History; Objectivity.

* Doutor em história social pela USP. Professor do Cefet-MG.

Em 1962, aos 25 anos, em seus primeiros escritos (cf. Chasin, 2000, pp. 305-367), J. Chasin parece definir, desde cedo, um dos traços marcantes de sua trajetória intelectual: a propensão à objetividade, a reflexão forjada e exposta a partir dos problemas sociais mais urgentes, ou seja, suas idéias (e a urgência em concebê-las) sempre se ataram à perspectiva de que cabe ao pensamento responder aos desafios societários, historicamente relevantes. De outro, a propensão à objetividade se esboça no fato de que o pensar e suas possibilidades emergem das formações sociais, isto é, os fenômenos sociais só podem ser amplamente compreendidos se historicamente desvelados. Não é outro o sentido dos textos que já emergiam nos idos da Maria Antônia¹, que nitidamente refletiam este posicionamento que, com o passar dos anos, foi recorrentemente aprofundado. De modo que tais textos entremostam, assim, a preocupação inicial do autor com temas ligados à sociabilidade brasileira, aos problemas historicamente vividos no plano nacional e suas implicações (se houver) no universo internacional. Assim, J. Chasin inicia sua trajetória intelectual tendo por norte a *dissecação* da realidade brasileira, um envolver-se cada vez maior que, no tempo, o levará ao encontro com o pensamento marxiano e marxista, à crítica das esquerdas e à configuração original do capitalismo no Brasil.

Os textos que se afiguram à época permitem reconhecer este traço decisivo de sua reflexão: “Jânio, do parto à sepultura” (1962), “Algumas considerações sobre o movimento estudantil brasileiro” (1962), “Luta ideológica – objetivo central do movimento estudantil” (1962), “Contribuição para a análise da vanguarda política do campo” (1962). Escritos que esboçam uma identidade temática e uma preocupação intelectual precisas: o Brasil, seus dilemas e as lutas sociais. É neste quadro que emerge a análise sobre Jânio Quadros e os movimentos sociais mais relevantes. Assim, no ensaio “Jânio, do parto à sepultura”, ao enveredar pelo exame histórico da sociabilidade brasileira, Chasin, de pronto, recusa qualquer análise meramente psicológica do fenômeno janista: “Não pretendemos, no entanto, uma análise meramente pessoal ou psicológica do sucesso janista. Falar em desequilíbrios, loucuras e idiosincrasias não basta e pouco explica.” (Chasin, 2000, pp. 305-306) Linhas à frente o autor esclarece:

Queremos, isto sim, compreender os motivos da decomposição política de um homem que tinha estofa para ser um autêntico e honesto líder popular e que muito depressa teve que embair a massa para se sustentar como político (...) Queremos as raízes econômicas, políticas e sociais desse fenômeno que muitos erroneamente encararam como pessoal, mas que é evidentemente o produto de uma fase histórica do processo evolutivo da sociedade brasileira. (Chasin, 2000, p. 306)

1. Antigo endereço da Faculdade de Filosofia da USP em São Paulo.

O feitiço analítico esboçado acima arrima fortemente nossa exposição, ao demarcar a propensão à objetividade que o texto ilustra, ou seja, Chasin analisa o fenômeno janista a partir das condições históricas que o geraram, na interioridade do *“processo evolutivo da sociedade brasileira”*. Em termos diversos, o fenômeno janista só pode ser elucidado se, por princípio, forem elucidadas as necessidades históricas que levaram à emergência e ao estabelecimento da política janista encarnada na figura de Jânio Quadros. De fato, comparece, desde logo, uma dupla necessidade no pensamento de J. Chasin: em primeiro lugar, os temas envolvidos e pesquisados são urgentes do ponto de vista societário, isto é, envolvem dilemas universais, perspectivas humanas. De outro, a resolução possível destas urgências sociais depende, sobremaneira, do entendimento e compreensão do tecido societário em questão, do Brasil e de sua formação histórica.

Em “Algumas considerações sobre o movimento estudantil brasileiro” e “Luta ideológica – objetivo central do movimento estudantil”, Chasin analisa os caminhos do movimento estudantil à época, suas deficiências e despreparo para atuar politicamente. Ao buscar um perfil que permita compreender suas insuficiências, afirma:

Desde logo, duas questões fundamentais devem ser tratadas: o que é atualmente e o que deve ser o movimento estudantil brasileiro. Evidentemente não poderemos estudar as referidas questões isoladamente, fora do contexto global da sociedade brasileira. Muito pelo contrário, só e somente só pela caracterização desta última e pela identificação de seu estágio atual de desenvolvimento é que poderemos reconhecer a importância e atribuir um papel político adequado à camada estudantil da nação. (Chasin, 2000, p. 312)

Note-se que o exame do fenômeno janista, como também o do movimento estudantil, são arrimados na compreensão decisiva da realidade, ou seja, só o tecido social amplo e historicamente dinâmico é capaz de fornecer os elementos para a efetiva cognição dos fenômenos sociais. Assim, existe o reconhecimento de que os fenômenos sociais são conexos, pois, ao isolarmos (da sociedade) um atributo ou qualidade específicos dos entes, enveredamos pela impossibilidade de apreensão concreta do caso examinado, vale dizer: ao desenraizar os objetos somos obrigados a enfatizar desmedidamente um dos seus aspectos em detrimento das reais conexões do fenômeno no interior do tecido social.

Esta ideação incapaz de compreender os fenômenos sociais e suas reais conexões societárias estava presente, segundo Chasin, no interior do próprio movimento estudantil, emergindo, deste modo, como questão capital, pois, “o problema no meio universitário não é de honestidade, mas da incapacidade ou do temor de quase todos os seus responsáveis em observar a realidade tal como ela se apresenta e a partir dela elaborar objetivamente o trabalho” (Chasin, 2000, p. 312). Em outros termos, a crítica à ideação do movimento estudantil pressupõe que os objetivos pretendidos

devam ser postos na medida mesma em que

A fixação exata de tais objetivos e métodos requer, no entanto, um trabalho preliminar: a análise crítica das condições que presidiram a formação do movimento estudantil nacional, tanto do ponto de vista das condições político-sociais da nação como das características peculiares do meio estudantil então existente; e ainda o condicionamento gerado por tais origens e que, apesar das transformações ocorridas na vida brasileira, marca profundamente, até hoje, toda a atividade política da juventude estudantil do país (Chasin, 2000, p. 314).

Torna-se, assim, nítido o caráter objetivo ou a propensão à objetividade desenhada pelo texto chasiniano em seus pródromos, isto é, tanto o plano cognitivo como a ação política devem se pautar e se reconhecer nas possibilidades que as animam e que as tornam possível, ou seja, o reconhecimento de que as ações humanas (aqui exemplificadas pelo campo político) devem ser forjadas no conhecimento e reconhecimento evolutivo das sociedades e de seus problemas. Em termos diversos, comparece, desde logo, a preocupação com que as ações ganhem corpo e condições no enlace que as possibilite, vale dizer, na compreensão das “condições político-sociais da nação”. Em suma, existe por parte do jovem J. Chasin uma recusa consciente de um procedimento teórico descolado da realidade e impotente no exame dos problemas sociais. Em verdade, o que se afigura paulatinamente é o adensamento de uma subjetividade capaz de compreender e criticar as inúmeras faces da realidade brasileira, seus matizes teóricos, políticos e seu desenvolvimento histórico. Preocupação constante que jamais será abandonada pelo autor. De sorte que a década de 70 será marcada pelo reconhecimento do caso brasileiro, ou seja, pelo estudo histórico que permitiu a Chasin caracterizar o capitalismo nos moldes da *Via Colonial*, reconhecendo, assim, a gênese formativa do capitalismo em nosso país, as insuficiências e limites da burguesia nacional e, por extensão, de nossas esquerdas em contexto historicamente adverso. Dessa forma, vale tomar, de pronto, sua tese doutoral.

Com o objetivo de dar consecução aos estudos da realidade nacional J.Chasin envereda, na década de 70, pelo exame do complexo ideal e real de entificação do capitalismo brasileiro. Trata-se, portanto, de apreender sua natureza, seja no plano das formações ideais, a raiz constitutiva do nosso pensamento, ou no plano econômico-social, isto é, das determinações históricas e particulares do caso brasileiro.

O maior esforço nesta direção diz respeito à tese doutoral, intitulada *O integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio, defendida em 1977. Nesta, Chasin expõe o ideário de Salgado, deslindando sua gênese e necessidade, enquanto fruto de uma formação social industrialmente tardia, isto é, de um capitalismo atrasado e atado economicamente ao campo. Assim, ao estudar o ideário de Salgado, Chasin incursiona decisivamente pela análise da realidade brasileira bus-

cando no “*contexto global da sociedade brasileira*” as causas que animaram e engendraram o movimento integralista.

Ao iniciar os estudos do fenômeno integralista, Chasin constata que, em termos predominantes, este foi subsumido a um viés e exame puramente analógicos, vale dizer, o integralismo é equiparado ideológica e praticamente ao fenômeno nazifascista europeu, pois

Enquanto Plínio Salgado, ao longo do tempo, reiteradamente afirma a originalidade de seu pensamento, a raiz brasileira de suas idéias e sua distinção do fascismo europeu, empenhando nisto um esforço contínuo e sistemático, os autores que a ele se referem têm primado em desconhecer por completo tais argumentos, insistindo exatamente em teses diametralmente opostas (...). Reduzindo, portanto, os protestos e as afirmações de Salgado a mero resultado de dissimulações táticas.” (Chasin, 1999, p. 33)

Assim, ao desenhar a análise predominante do fenômeno integralista, Chasin salienta que – para estes autores – “o integralismo é um ‘fascismo’, e as condições históricas do Brasil de 30 são entendidas como fundamentalmente semelhantes às da Itália, Alemanha e outros países da mesma época” (Chasin, 1999, p. 35).

Em contraste analítico, J. Chasin afirma:

Fragmento da consciência social do Brasil, o integralismo continuava indecifrado, oculto em convencional e abstrata definição com o fascismo. Determinar sua efetiva natureza, especificá-lo na especificidade brasileira era projeto que se impunha com grande evidência, no imperativo mais vasto, até hoje sofrivelmente atendido, de examinar o conjunto, ou pelo menos os momentos principais, dos eventos ideológicos no Brasil. Foi assim, então, que de fato nasceu este estudo, e que se restringiu deliberadamente ao ideário de Plínio Salgado. (Chasin, 1999, p. 23)

Tome-se sua argumentação de raiz, que muito bem lembra os argumentos do início da década de 60: J. Chasin examina o fenômeno integralista a partir de suas reais condições históricas, ou seja, “*especificá-lo na especificidade brasileira*”. O objeto era outro, mas o sentido era o mesmo de quando o autor, em 62, lidava com o fenômeno janista e o movimento estudantil, pois já havia a inequívoca discordância em relação a um discurso que, descolado da realidade, tornava-se incapaz de compreender o fenômeno janista (atribuindo sua explicação às dimensões meramente pessoais) ou, no que tange ao movimento estudantil, na medida em que seus líderes eram caracterizados como subjetivamente incapazes para compreender e identificar o “*estágio atual de desenvolvimento*” da sociedade brasileira e, a partir desta identificação, formular adequadamente os objetivos de sua inserção nas lutas sociais. Assim, de modo mais denso e desdobrado, o ideário chasiniano se consolida na percepção de que a ideação cientificamente correta não trabalha por analogias abstratas, por universais tão amplos que permitem toda e qualquer homogeneização de fenômenos intrinsecamente distintos. Observa-se, dessa forma, a inclinação segundo a qual o pensamento deve

operar a partir da particularidade, isto é, é preciso analisar cada caso concreto em sua dinâmica e gênese próprias. De fato, Chasin recusa o domínio de um empirismo grosseiro cuja inobservância da realidade conduz o pensamento à impropriedade de, a partir de alguns elementos topicamente parecidos, estabelecer unidade e essência entre fenômenos distintos. É preciso rejeitar análises que desconsideram diferenças importantes ao uniformizar, no plano ideal, “a realidade de um país economicamente subordinado, predominantemente agrário-exportador, com a de países altamente industrializados e que já atuam, dentro de particularidades históricas específicas, como pólo dinâmico do grande capital” (Chasin, 1999, p. 37). Assim, afigura-se a reflexão que se impõe pela objetividade, vale dizer: o pensar que valida a si mesmo quando ancorado nos ditames da vida social, no evoluir sensível das dimensões que a compõem e matrizam. Deste modo, o autor de *O integralismo de Plínio Salgado* recusa a análise convencional do fenômeno integralista, na pena de H. Trindade, ao entender que este cria um *modelo mimético que fundamenta sua análise*, tomando-o como ponto de partida arbitrário, no qual a história é forçosamente homogeneizada, isto é, alguns fenômenos historicamente parecidos entre o Brasil de 30 e a Itália e Alemanha são, no modelo mimético de Trindade, artificialmente equiparados para explicar o movimento integralista, atrelá-lo mais facilmente ao fascismo italiano e também, quando necessário, ao nazismo alemão. Assim, Chasin afirma:

Tudo isto nos permite dizer que, na concepção adotada por Trindade, o mimético não nasce da “constatação empírica”, já vem dado como possível e politicamente eficiente no plano teórico-metodológico. É o modelo, a abstração que se impõe à realidade, e esta, posteriormente “colhida imaculadamente” por “rigorosos” questionários quantificáveis, nada acrescenta de fundamental, preenche simplesmente as formas que, em última análise, *a criaram*, e não a descrevem como se supunha ser seu objetivo. (Chasin, 1999, p. 43)

A constatação é importante: é “*o modelo, a abstração que se impõe à realidade, e esta, posteriormente ‘colhida imaculadamente’*”. De modo que, a realidade torna-se importante na medida em que se encaixa nos pressupostos metodológicos, vinculados e atados a modelos *a priori*. Trata-se da apreensão do fenômeno integralista a partir do modelo, da figura do totalitarismo. De fato, Trindade procede por modelos, pois o conceito de totalitarismo do qual faz uso é, de certa forma, um amálgama capaz de englobar todo e qualquer fenômeno que se apresente como essencialmente violento, de partido único, com concentração brutal de poder e supressão das liberdades individuais. Assim, o conceito de totalitarismo muito mais embaraça do que esclarece, pois, ao

transformar o conceito de totalitarismo na noção-chave para a explicação do fascismo, a primeira decorrência é situar todo o problema na esfera do político, isto é, é descaracterizar o todo histórico que ele representa em benefício de uma descrição que o encerra na esfera do poder, tomada esta de forma isolada e auto-suficiente. É encaminhar a explicação do

político pelo político, do político por ele próprio. É pressupô-lo, portanto, independente, autônomo da sociedade civil. Conseqüentemente, a explicação se faz sem referência ao modo de produção em que se manifesta; com desprezo pela historicidade do fenômeno; sem preocupação de investigar as relações infra-estruturais concretas em que emerge (Chasin, 1999, pp.51-52).

Uma vez mais, Chasin ressalta a importância de que o pensamento se vinque à historicidade, ao concreto sensível que estimula e permite a apreensão conceitual dos fenômenos; de outro, descarte de todo e qualquer modelo, pois são intrinsecamente um estorvo ao hipervalorar um elemento da realidade em contraste com os demais, reduzindo, deste modo, a orgânica e estrutura do objeto à simples expressão formal, vazia de conteúdo.

Com formato definido, a reflexão chasiniana (em sua tese doutoral) encontra, então, o contorno maduro daquela preocupação inicial dos anos 60, de que o pensamento desunido da realidade histórica é levado a valorizar, de modo arbitrário, dimensões psicológicas (a análise convencional do fenômeno janista) ou a hipervalorizar fenômenos secundários na gênese e explicação dos problemas. Sendo assim, objetividade (realidade histórica) e subjetividade (tomada em sua capacidade cognitiva e de intervenção social) são preocupações marcantes e decisivas do ideário constituído por J. Chasin, vale dizer: identificar as raízes formativas da sociedade brasileira, suas classes sociais e as condições subjetivas de intervenção e mudança da sociedade em questão. Isto, como um todo, balizou o centro de seu trabalho teórico. Desta forma, Chasin é levado a identificar a natureza da burguesia nacional, sua peculiaridade e limites; de outro emerge a análise da categoria do trabalho e das condições objetivas e subjetivas de sua intervenção no quadro político e social brasileiro. De modo que sua tese doutoral é, para além da caracterização da ideologia pliniana, a caracterização do caso brasileiro e de suas perspectivas, investigação das possibilidades assentadas nas classes sociais e perspectiva de emancipação humana.

A investigação da formação do capitalismo no Brasil, sua gênese e particularidade leva Chasin à determinação concreta da *Via Colonial*, quadro que singulariza o capitalismo brasileiro, que se ordenou a partir de condições históricas peculiares (a condição de colônia). Em verdade, ao lado das indicações clássicas e prussianas de objetivação do capitalismo comparece, para o autor de *O integralismo de Plínio Salgado*, uma gama de países (entre os quais o Brasil) que emergem para o capitalismo só muito tardiamente e em condições ainda mais adversas, se comparadas à exemplaridade inglesa e francesa, como também à italiana e à alemã. E assim, ao se debruçar sobre a emergência do capitalismo no Brasil, o autor afirma:

É, pois, sob tais circunstâncias, profundamente retardadoras e retardatárias, configurantes de um capitalismo *híper-tardio brasileiro*, que se põe a industrialização, à época que nos ocupa, de tal forma que “A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na

economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação industrial na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura” (...). É o que fundamentalmente nos competia estabelecer, no âmbito das necessidades do nosso trabalho: a presença concreta, sim, porém incipiente e ultra-retardatária dos primeiros momentos significativos da objetivação do “verdadeiro capitalismo” no Brasil, exatamente nos anos em que o ideário pliniano foi elaborado. Anos que para os países que efetivamente conheceram o fascismo são, já de algum tempo, de plena atividade imperialista, e até mesmo uma guerra dessa natureza já se conta em sua história. Tal a disparidade do estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em face daqueles países, que quaisquer *igualizações* ou *identificações*, além de impossíveis, são verdadeiramente uma brutalidade teórica. (Chasin, 1999, p. 587)

Assim, “a brutalidade teórica” ganha forma e robustez quando

se considera que, em última análise, o que se está equiparando são *elos débeis da cadeia imperialista*, portanto fenômenos do capitalismo altamente avançado, entidades da *fase superior* do capitalismo, com uma formação que integra precisamente as áreas da disputa imperialista, faz parte justamente do território colonial que os *elos débeis* forçam por ver redistribuído (Chasin, 1999, p. 588).

Em outras palavras, a tese doutoral avança pela determinação e identificação do capitalismo brasileiro, seu caráter retardatário e os problemas advindos de tal contextura: o nascimento de uma burguesia frágil, regressiva em suas possibilidades, antidemocrática por excelência e pragmaticamente *politicista*; de outro, a categoria do trabalho, cuja lógica e necessidade esteve a reboque do *politicismo* de nossa burguesia. De fato, as condições históricas e sociais de nossas classes sociais enformam os horizontes, limites, perspectivas e atos de nossas categorias sociais. Em termos concretos: a emergência do capitalismo nos moldes da *Via Colonial*, na situação de ex-colônia, é imposta de fora para dentro, ou seja, a ascensão capitalista é erigida a partir das burguesias centrais que, historicamente, instalam suas indústrias a partir da década de 50. Redundando, para Chasin, numa subsunção da burguesia local aos interesses econômicos das burguesias centrais. É o caso da superexploração do trabalho, do arrocho salarial necessário para remunerar as burguesias interna e externamente.

No que se refere à burguesia brasileira, Chasin a identifica a partir de sua *raiz politicista*. *Politicismo* examinado, primeiramente, na vivência do processo eleitoral brasileiro de 1982. De pronto, Chasin caracteriza a situação daqueles tempos: “Princípio por uma afirmação sumária: estamos vencidos porque o processo político eleitoral foi *politicizado* por interesse e iniciativa do sistema e pela hegemonia ideológica castradora a que estão submersas as oposições” (Chasin, 2000, p. 123).

Tomemos o centro de seu argumento: as eleições de 1982, as primeiras desde o golpe militar de 64, estão perdidas, pois imersas no *politicismo* consciente do sistema

e das oposições. Politicismo que tipifica nossa burguesia, seu perfil e modo de existência, ou seja,

nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a *livre troca* para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no *politicismo* sua forma natural de procedimento. *Politicista* e *politicizante*, a burguesia brasileira, de extração *pela Via Colonial*, tem na forma de sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu *politicismo*. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. O *politicismo* atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor. Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder desta burguesia estreita. Efetivamente, subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica, e aparentemente expõe o político a debate e ao “aperfeiçoamento”. Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado (Chasin, 2000, p. 124).

Tome-se, assim, o *politicismo* enquanto *modus operandi* de uma burguesia estreita, incompleta econômica e politicamente. No plano econômico obriga-se à superexploração do trabalho, ao arrocho que a nutre em orgânica associação com as burguesias centrais. Nos termos de “As máquinas param, germina a democracia!”, escrito em 1980:

A política econômica do sistema no poder consiste, *grasso modo*, numa forma de acumulação capitalista subordinada ao capital estrangeiro, em que a produção é direcionada para dois pólos principais. De um lado, intensifica-se a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletro-eletrônicos e correlatos); para seu consumo é estruturado, internamente, um mercado privilegiado e reduzido. É o pacto com o segmento alto das camadas médias. Paralela e combinadamente, é desencadeado um esforço exportador. Para que tal mecânica funcione, nas condições de um país subordinado ao capital estrangeiro, são necessários o concurso dos dinheiros internacionais e a aplicação do arrocho salarial sobre a grande massa dos trabalhadores. O primeiro aparece sob a forma de investimentos diretos e muito especialmente de empréstimos. O arrocho preserva a existência da *mão-de-obra barata* e facilita a produção de bens, ditos competitivos, para o mercado internacional. É da lógica do sistema remunerar especialmente o capital financeiro internacional, seus parceiros nacionais e reservar uma parcela para um segmento privilegiado das camadas médias; bem como obrigatoriamente implica também a depressão salarial da massa trabalhadora. Numa palavra, a organização dada à produção nacional é que determina a avassalante desigualdade na distribuição de riqueza. Em outros termos, a forma atual da produção da riqueza é que causa diretamente a superexploração do trabalho, isto é, a miséria das massas trabalhadoras. (Chasin, 2000, p. 85)

A orgânica que estrutura a burguesia de extração colonial, notadamente a brasileira, emerge de condições históricas assumidamente adversas, vale dizer: a incompletude e estreiteza assinaladas existem, em primeiro plano, enquanto impossibilidade das classes burguesas de extração colonial de operarem economicamente por si, fazendo valer, autonomamente, seus interesses econômicos. Em termos diversos, é identificada uma classe social que para se pôr como classe social é obrigada a submeter-se, no plano econômico, às exigências de acumulação dos sistemas capitalistas centrais, isto é, na forma de empréstimos (dívida externa e investimentos) que garantam a produção e reprodução societárias em mão dupla, da burguesia nacional e da internacional. De concreto, temos: o capital externo financia as condições econômicas do país, sua produção e aquisição dos meios necessários à produção. Cria-se uma produção vincada ao mercado externo, pois internamente a população é maciçamente arrojada pela hiperexploração do trabalho, permitindo, assim, uma produção com mão-de-obra barata (pois, na associação com as burguesias centrais, a burguesia brasileira, ao impor o arrocho salarial, garante, necessariamente, as condições econômicas de remuneração das burguesias) e, por outro lado, a ausência de um mercado interno induz a produção a voltar-se para o mercado internacional, ainda que em termos restritos no universo da produção de mercadorias. Assiste-se, assim, a um duplo movimento: *associação e subordinação ao capital internacional*; de outro, *arrocho salarial e mercado externo, unidos no tripé que sustenta e alimenta a burguesia nacional*. Vínculo carnal que a tipifica e constitui, nos termos de “A miséria da república dos cruzados”, escrito em 1986, cuja tônica remete à *transição politicista* encapada pelo sistema com a anuência das oposições. Assim, o autor reitera suas convicções acerca do capital de extração colonial, gestado no Brasil:

Este, filho temporão da história planetária, não nasceu da luta, nem pela luta tem fascínio. De verdade, o que mais o intimida é a própria luta, posto que está entre o temor pelo mais forte que lhe deu vida, e o terror pelos de baixo que a podem vir tomar. Toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero. É uma espécie nova, covarde, para quem toda mudança tem de ser banida. E só admite corrigendas na ordem e pelo alto, aos cochilos em surdina com seus pares. (Chasin, 2000, p. 169)

De pronto, é retomada a *veia politicista* de nossa burguesia, proteção que nasce das condicionantes que a enformam, ou seja, ser politicista, nos termos da burguesia nacional, significa “tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional”(Chasin, 2000, p. 123). Em termos desdobrados, a burguesia brasileira opera a

liquefação da rica carnação da realidade concreta em calda indiferenciada, que é suposta como *a política* (...) convertendo a totalidade estruturada e ordenada do real – complexo real de mediações – num bloco de matéria homogênea (...) bárbara amputação do ente concreto, que sofre a perda de suas dimensões sociais, ideológicas e especialmente de suas relações e fundamentos econômicos (...) Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político (Chasin, 2000, pp. 123-124).

Em termos concretos, *ao supor a prevalência do político sobre a totalidade social*, em especial sobre as dimensões econômicas, a burguesia brasileira opera na direção de que qualquer mudança (mesmo mínima) deve se ater ao universo do aperfeiçoamento institucional, das regras da convivência democrática; do mesmo modo, tal prevalência protege os mecanismos auto-reprodutores: o elo econômico vital com as burguesias internacionais e o arrocho salarial, bases de uma equação econômica excludente. Assim, ao privilegiar o político, nossa burguesia encontra o lugar de sua própria equação mesquinha: aperfeiçoar (dentro de limites factíveis) as regras e formas do poder político em detrimento das questões econômicas que, na particularidade de sua entificação, não podem ser alteradas ou minimamente equacionadas em patamares menos perversos.

É, pois, desta herança funesta que se nutrem nossas oposições, partidos e trabalhadores. Então, ao considerar a emergência histórica da esquerda brasileira, nos quadros da *Via Colonial*, Chasin, em “A esquerda e a Nova República”, texto de 1985, assinala: a “esquerda brasileira (...) não nasceu contra a cabeça e o corpo de um antigo revolucionário. Não se deparou com uma entificação histórico-social integralizada. Viu-se em face da integralização histórico-social de um inacabamento” (Chasin, 2000, p. 159). É, retomado, frise-se, o centro de sua argumentação, pois, ao indicar o inacabamento histórico de nossa burguesia, Chasin, simultaneamente, explicita o terreno adverso em que nascem nossas esquerdas e suas perspectivas, ou seja, no espaço de uma burguesia economicamente subordinada e politicamente incapaz de gestar em termos mais favoráveis o estado democrático propriamente dito. De modo que a

crítica prática e teórica dos trabalhadores, aqui, não principiou por onde os proprietários haviam concluído. Estes não só não haviam terminado como não podiam *terminar* nunca. E a esquerda bracejou no abismo do inacabamento do capital, convertida em empreiteira de uma obra por finalizar. Obra que, sob a mesma planta, jamais poderia ser sua (...) a esquerda principia, neste caso, aquém dos limites da crítica burguesa clássica, e toma os parâmetros abandonados desta como se fossem os supostos de itinerário e de projeto da burguesia de extração colonial, dos quais nem esta nem ela própria poderiam pretensamen-

te escapar (Chasin, 2000, p. 159).

Inacabamento que, torneando nossa burguesia, imprime ferozmente a tônica de nossas esquerdas: completar historicamente uma forma particular da burguesia que, em si mesma, é incompleta e inacabável. Assim, as esquerdas tomam por bandeira e objetivo a criação das condições de uma revolução burguesa que gere maior autonomia econômica e menos pobreza às camadas mais desfavorecidas; de outro e concomitantemente, a luta pela construção da democracia no Brasil. Bandeiras construídas e efetivadas normalmente pelas burguesias clássicas, mas que, no caso das burguesias coloniais, não se alçam à condição efetiva. Em termos concretos: completar a nossa burguesia, ensejar orgânica e acabamento próprios são o cerne que estimula boa parte das ações de nossas esquerdas, ao imprimirem à luta social um conteúdo isoladamente antiimperialista, ou seja, têm por objetivo forjar uma burguesia nacional autônoma, desgarrada e economicamente autárquica em face das burguesias hegemônicas. Um voltar-se a um nacionalismo redentor das mazelas de um capital inconcluso. Plataforma de boa parte da esquerda brasileira que busca “o desenvolvimento capitalista nacional, sob a iniciativa e os estímulos do estado, inclusive como forma de integração/incorporação das massas excluídas”(Chasin, 2000a, p. 47). O que, para Chasin, configura um anacronismo de um modo de ser e pensar a realidade próprio aos movimentos de esquerda que buscam integralizar o capital ou mesmo aperfeiçoá-lo. De fato, Chasin entende que ontem e, especialmente, hoje,

pensar a partir do nacionalismo é pensar não apenas a partir das forças extenuadas de uma perspectiva vencida, mas de um cadáver, em especial e especificamente para a esquerda, pois é pensar contra a lógica do irreversível movimento histórico atual, é ser esquerda às avessas, não se guiar pelas possibilidades reais de futuro, mas a partir de uma lógica esgotada do passado, que no próprio passado se mostrou inviável e impossível (Chasin, 2000a, p. 48).

Importa, pois, demarcar que os apegos ao nacionalismo amplamente difundido nos partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil denotam suas raízes na irrealização histórica das burguesias de extração colonial, atadas economicamente aos capitais clássicos e prussianos; laços que imprimem, vale reprimir, uma lógica econômica essencialmente desigual e perversa, combinada à regressividade política. Em verdade, tal contextura acaba por lançar os partidos, sindicatos e oposições de esquerda na aventura de completar o capital, almejando dar-lhe uma face, no plano econômico e político, de autonomia e de democracia, respectivamente. É, pois, na bandeira do nacionalismo-estatal que as esquerdas alcançam seu politicismo e seu próprio fracasso. Querem que o estado seja capaz de regular e administrar o capitalismo (de extração colonial) para os interesses das massas, como se a correção de

problemas estruturais dependesse, apenas, da mera vontade política. De modo que em “Rota e perspectiva de um projeto marxista”, escrito inacabado de 1998, Chasin reafirma os problemas de uma esquerda oriunda e imersa no politicismo e na falta de clareza teórica:

Hoje a discussão fica entre a evocação de discutíveis glórias ou heroísmos passados e a domesticação ou democratização do capitalismo, a título de uma terceira via, o que equivale a buscar o bom estado, o estado que funcione, pois o antigo, o nacional-estatista, não funcionou (para os de baixo), e o de hoje, o estado-mínimo, neoliberal, também não; ou seja, estão buscando um capitalismo e um estado propícios aos de baixo – o que não é apenas não ter bandeiras, mas também buscá-las onde não pode existir. Mais uma vez a falta de cultura marxista é massacrante. (Chasin, 2000a, p. 45)

Tome-se, em primeiro plano, a tônica nacionalista e politicista da “*domesticação ou democratização do capitalismo (...) buscar o bom estado (para os de baixo)*”. Projeto iluminado a partir da crença *cega na política*, que Chasin qualificou como *massacrante falta de cultura marxista*. Assim, o nacionalismo é tido como propositura prática em que o estado é capaz de equacionar ou minimizar as mazelas típicas do capitalismo e que se faz ainda mais importante em contextos historicamente mais adversos, casos dos países de extração colonial. O *bom estado*, voltado para setores estrategicamente mais importantes da produção em nome e benefício das populações mais carentes. Equação política que, no século XX, dominou a prática e o sentimento de inúmeras organizações progressistas, partidos e sindicatos de esquerda, especialmente atados às formações capitalistas mais atrasadas. Sentimento que arrasta o estado à condição de demiurgo da sociedade, ou seja, o estado é encarado positivamente, enquanto elo político a corrigir as disfunções crônicas do capitalismo, exterminar a miséria ou de contê-la em níveis menos perversos. É deste politicismo que se nutre a prática das esquerdas brasileiras, tomando o terreno político (do estado) como condição, talvez única, da resolução ou contenção de mazelas de um tipo de capital (economicamente incompleto) e politicamente avesso às formais mais democráticas de dominação. Assim, enquadradas em território politicista, as oposições no Brasil desfibrinam as lutas sociais ao enveredarem para o terreno eminentemente legal, da disputa e das formas democráticas do poder. Nos termos de “A esquerda e a Nova República”:

em vez de partir da materialidade das lutas dos trabalhadores (da cidade e do campo) para atingir e moldar as instituições políticas, tem-se partido do formalismo destas para atingir e moldar os trabalhadores. Ou seja, tem sido levada aos trabalhadores a perspectiva formal das instituições, ao invés de levar às instituições a perspectiva material dos trabalhadores (Chasin, 2000a, p. 154).

Apresenta-se, pois, o cerne da crítica *chasiniana ao politicismo*: os partidos, sindicatos e frentes de esquerda operaram e operam na direção de que o conteúdo

próprio das lutas sociais (sua dimensão essencialmente econômica) seja diluído em matriz meramente política, conquanto a solução se enverede pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento do aparato político-jurídico do estado. Assim, a vontade política é hipervalorada, tudo se restringe, em síntese, em quem será o timoneiro do estado. De fato, e assim agindo, as esquerdas tornam-se obstáculo à criação de condições verdadeiramente subjetivas que permitiriam o enfrentamento das urgências sociais, estampadas nas greves de 78-80:

O retorno, depois de muitos anos, dos trabalhadores à cena política brasileira derivava de premências econômico-sociais e continha a perspectiva real de mudanças estruturais. Barradas e levadas ao refluxo, as lutas operárias e sociais tiveram seu curso desviado, pela intervenção politicista da ditadura e das oposições, para a campanha eleitoral de 82. Na sequência, foi a vez da gigantesca ansiedade popular pelas *mudanças* sofrer a canalização para o território institucional *das diretas-já*, depressa recodificada em escalada ao colégio eleitoral, em benefício de uma transição indefinida, rumo a uma suposta democracia só determinada pela falta de conteúdo. (Chasin, 2000a, p. 154)

Tome-se, pois, o argumento em tela, que esclarece a prática das esquerdas brasileiras do pós-64: o conteúdo econômico das lutas sociais é posto secundariamente e a reboque em face das exigências de aperfeiçoamento das instituições políticas. Em verdade, comparece a crença de que os problemas econômicos encontram uma solução meramente política ou que dependem, apenas, da vontade de um governo popular, amparado em amplo contexto de massas. Horizonte castrador que remete a um universo mesquinho e estéril de apenas se questionarem “as formas do poder e nunca o *próprio poder*, formas da prática política e nunca a própria prática política”(Chasin, 2000a, p. 110). Em síntese, as agremiações, sindicatos e partidos de esquerda no Brasil jamais se interrogaram sobre a *natureza do poder político* (e, por extensão, do estado), o que, para Chasin, sinaliza, vale repetir, *massacrante falta de cultura marxista*. Disto resulta uma esquerda às avessas, cuja fé na política configura a própria negação de si mesma. Esquerda cujo perfil politicista e incultura marxista torneiam a natureza de partidos, sindicatos e agremiações cujos liames ganham o torno de esquerda no gradiente do capital. Assim, em 1989, no texto “A sucessão na crise e a crise na esquerda”, Chasin sustenta *a tese inovadora da morte das esquerdas*. No Brasil, tal tese engloba as agremiações tradicionais (PCB, PC do B e sindicatos), como também *a chamada nova esquerda ou esquerda não-marxista*, cuja exemplaridade é o próprio PT e seus sindicatos. Agremiações eivadas pelo marxismo vulgar, de inspiração stalinista-maoísta e viciada no taticismo político. Chasin, então, expõe seu argumento:

o século e meio de lutas compreendidas entre 1848 e 1989 foi um século e meio de insucessos e fracassos, onde o “socialismo” real é a derrota culminante dessa dura história

de derrotas. É urgente compreender que as derrotas de hoje são de natureza totalmente diversa daquelas sofridas no século passado e em princípios deste. Enquanto nas mais antigas, mesmo episodicamente vencidas, a lógica onímota do trabalho se afirmou e rasgou perspectivas, nas mais recentes é o esgotamento de todo um itinerário que se manifesta, envolvendo caminhos e instrumentos. Muito em especial, rotas e ferramentas políticas mitificadas, que não só não correspondem às concepções clássicas, mas que, na forma aberrante em que se impuseram e difundiram, acabaram por se converter, em sua espúria identidade, em motivos fundamentais da própria liquidação da esquerda, enquanto posição e organização política matizada pela perspectiva da sociabilidade virtual do trabalho (Chasin, 2000, p. 201).

A tese é, assim, original, pois não procura culpados ou meras justificativas para as mazelas de ontem e hoje. Compreende a falência das esquerdas e a necessidade de se repor, urgentemente, uma nova perspectiva de esquerda. Nos termos de “A sucessão na crise e a crise na esquerda”:

Vencida até aqui, o que derrota a humanidade para muito além do estreito universo da política, no entanto, a potência onímota da lógica do trabalho não foi nem poderia ser extinta, de modo que um futuro renascimento da esquerda, reassentada sobre a autêntica legalidade humano-societária do trabalho, compreenderá uma diversidade cabal na ordem da organização e efetuação políticas, bem como na prática das lutas sociais e sindicais, redefinidas em contraste com as “matrizes” do século XX, o que não implica a ruptura com heranças e princípios legítimos, que as revoluções do século foram incapazes de respeitar e sustentar. Reconhecer, em toda a extensão de sua gravidade prática imediata, a morte da esquerda real e a ressurreição do liberalismo não é, portanto, manifestação de pessimismo, nem muito menos uma declaração do fim da história. Pelo contrário, é cumprir a exigência revolucionária elementar de aferição objetiva do quadro histórico vigente, facultada exatamente pela manutenção de perspectivas, que suscita senso crítico e de realidade, inclusive em circunstâncias de extrema adversidade, como a desenhada nestes finais de século. Quanto mais concreta for a representação do atual momento desfavorável, tanto mais solidamente poderão ser fundadas as esperanças, pois a *morte da esquerda não é a extinção da perspectiva histórica da esquerda*. (Chasin, 2000, pp. 201-202)

Tese radical, pois alcança a raiz dos dilemas humano-societários. Enfrenta os problemas para além das circunscritas dimensões político-organizacionais dos partidos e sindicatos ou dos erros e equívocos de ordem ético-individuais. Reconhece o tecido apodrecido das agremiações, sua prática improgressiva e a necessidade da emergência de novas formas da esquerda. Novas formas que obrigariam repensar o sentido e o significado de ser de esquerda, ainda mais em face do atribulado *século e meio de derrotas*. É, pois, neste contexto que se insere a emergência da *Ensaio: Movimento de Idéias/Idéias em Movimento*.

Tomemos, pois, inicialmente, o depoimento do próprio J. Chasin:

Há uns tantos anos, pouco mais de duas décadas, elididas rotas e convicções bem mais pessoais e remotas, emergiu o projeto Ensaio, antecedente espiritual e passo primeiro destes

novos *Ensaio AD HOMINEM*. Foi, na época, amálgama de diretivas ponderadas, alguma experiência e muita observação das vicissitudes sofridas pela esquerda brasileira e mundial desde os percalços do pré-64. (Chasin, 2000, p. 5)

E desdobra:

No início dos anos 80, o panorama nacional exibía a reconversão da ditadura militar em distensão democrática, ao lado do refluxo afitivo da movimentação dos trabalhadores, abatida na seqüência imediata à sua vigorosa reemergência nos dois últimos anos da década anterior – lampejo marcante, mas episódico, que não teve alento para engendrar sua auto-sustentação e foi minado pela sua imediata instrumentalização político-partidária. O instante exibía também a derradeira falência da esquerda tradicional e a inconsistência dos credos e propósitos da então chamada nova esquerda. Tudo transpassado por uma carência antiga, tornada ainda mais aguda e complexa: a sabida e reiterada falta de produção teórica de qualidade nos círculos da esquerda organizada, defeito capital cujas raízes tinham assento, sem falar nos constrangimentos extrateóricos, no desconhecimento do pensamento marxiano e nas suas versões aleatórias e disformes. (Chasin, 2000, pp. 5-6)

O cenário apontado pelo autor é importante: no Brasil, no início dos anos 80, é finalizada *a transição da ditadura militar para a distensão democrática*; processo conduzido e armado, essencialmente, pelo regime militar, evidenciando, deste modo, a falência prático-teórica da esquerda tradicional e da nova esquerda. Falência que se exprime na politicização das lutas sociais, instrumentalização político-partidária do movimento dos trabalhadores e na ausência de produção teórica e desconhecimento da obra marxiana pela esquerda organizada. É, pois, neste contexto adverso que se esboça, para Chasin, a necessidade de erguer, a partir de parâmetros novos, o *Movimento Ensaio*. Em termos que esclarecem:

Afrontando mitos e preconceitos da prática vulgar que engolfou o século, emergiu então, não sem alguns enganos e tropeços iniciais, a evidência da prioridade radical, na ordem das necessidades intrínsecas ao campo da esquerda, de um *Movimento de Idéias*, voltado à produção e difusão teóricas e direcionado à *redescoberta* da obra de Marx, bem como à tematização da problemática brasileira. Projeto ambicioso por seus alvos, foi desde logo equilibrado pela prudência e comedimento de sua prática intelectual, pretendendo antes rigor no próprio trabalho do que conquista imediata de influência, muito mais abrir um caminho do que lutar por reconhecimento, indiferente em especial aos aplausos fáceis, complacentemente permutados. (Chasin, 2000, p. 6)

Movimento de Idéias pensado e conduzido como necessidade, pois, intrinsecamente novo na recusa e nos procedimentos que se mostraram historicamente falidos e teoricamente equivocados. Movimento que se põe e expõe no enfrentamento de uma lógica sindical-partidária organicamente incipiente, viciada em seus erros e pouco afeita à auto-reflexão. Movimento, pois,

compreendido e praticado como suposto necessário para uma correta e concreta interven-

ção social, exigida e orientada pela lógica humano-societária do trabalho. Isto sumariza, no quadro nacional, forma diferente ou original de conceber e vir a exercitar os atos inerentes à prática de esquerda, matizada pela sua própria integridade e conduzida à eficácia. *Movimento de Idéias* como exigência de pressuposto incancelável, que deita raízes na exemplaridade de autores e eventos históricos que, em sua grandeza e perenidade ou na mesquinhez e contingência de sua contrafação, constituem a base para o deciframento das revoluções dos séculos XIX e XX, de cujo balanço emergem lineamentos para as revoluções do século XXI. *Movimento de Idéias* afirmado como *pré-requisito* da disposição e dos dispositivos sociais, legítimos e imprescindíveis à ação lúcida e resolutiva, que jamais foi atendido nos adventos dos partidos brasileiros de esquerda, sempre tomados nos estreitos limites da política, e jamais compreendidos como formas categoriais de identificação social. Entre suas debilidades de origem, essa é uma das fundamentais na explicação de seus fracassos e falências (Chasin, 1993, pp. 7-8).

O itinerário que ora se fecha não pretendeu e nem poderia pretender ir além da simples narrativa, do apontar, mais ou menos organizado, de problemas importantes que moveram e constituíram o ideário de J. Chasin. Espero ter aguçado o leitor e, se possível, levá-lo aos textos chasinianos. Se isto ocorrer, está será a melhor homenagem aos dez anos de sua morte.

Referências bibliográficas

CHASIN, J. “Manifesto editorial I”. In: *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

_____. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. 2. ed. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

_____. *A miséria brasileira*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

REVISTA ENSAIOS AD HOMINEM n. 1, t. III – Política. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000a.

